



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026;

Município de Itapuca/RS;

Secretaria Municipal de Obras.

## **1. DO OBJETO**

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ – REPERFILAGEM DE PAVIMENTO EXISTENTE E CAPA ASFÁLTICA EM CBUQ E SINALIZAÇÃO NA RUA ARVOREZINHA;

1.2. O prazo do contrato será de 12 meses a contar da data da ordem de início, sendo que o prazo para execução será de 60 (sessenta) dias conforme cronograma físico financeiro;

1.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado durante a vigência do período anterior e mediante justificativa da futura contratada.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Há várias razões que podem levar à necessidade de realizar o recapeamento asfáltico na via citada. Algumas das principais justificativas incluem:

- Desgaste e envelhecimento - Com o tempo, o pavimento da via, que hoje é de paver (bloco de concreto) sofre desgaste natural devido ao tráfego intenso, variações climáticas, exposição aos raios solares e ações de agentes químicos presentes na atmosfera. Esses fatores podem causar fissuras, trincas e deformações no pavimento, comprometendo sua integridade estrutural;
- Deficiências no pavimento - O pavimento em paver, na via citada, apresenta uma série de deficiências, como buracos, ondulações, afundamentos, devido ao tráfego de veículos de carga, desgaste superficial, desprendimento dos blocos da pista de rolamento, entre outros problemas, uma vez que a via, também recebeu recentemente obras de canalizações de água. Essas falhas podem comprometer a segurança dos usuários, causar danos aos veículos e prejudicar a fluidez do tráfego;
- Necessidade de melhorias estruturais - Em alguns casos, o recapeamento asfáltico é necessário para fortalecer a estrutura do pavimento, como é o caso dos blocos em concreto. O reforço estrutural de pintura de ligação e reperfilagem irá garantir uma base sólida para o novo revestimento asfáltico;
- Aumento da capacidade de carga - Quando uma via apresenta um aumento significativo no volume de tráfego ou no peso dos veículos que a utilizam, pode ser necessário recapear o pavimento para aumentar sua capacidade de carga e garantir sua durabilidade. Isso pode envolver o aumento da espessura da camada asfáltica ou a utilização de materiais mais resistentes;
- Melhoria da qualidade da via - O recapeamento asfáltico também pode ser realizado como parte de um projeto de melhoria da qualidade da via, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários. Isso pode incluir a redução de ruídos, a melhoria da drenagem, a sinalização adequada e a adoção de técnicas mais avançadas de pavimentação. Em suma, a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

necessidade de realizar um recapeamento asfáltico surge principalmente devido ao desgaste natural do pavimento, às deficiências estruturais, ao aumento da demanda de tráfego e à busca por melhorias na qualidade da via. Através desse processo, é possível restabelecer as condições adequadas da superfície de rolamento, garantindo segurança, conforto e durabilidade ao sistema viário.

2.2. A contratação de uma empresa para a execução de serviços de recapeamento asfáltico é indispensável para garantir a conservação, segurança e desenvolvimento da via pública do Município. Essa iniciativa é essencial para promover a qualidade de vida dos cidadãos, valorizar o patrimônio imobiliário, otimizar os recursos públicos e assegurar a conformidade com as normas vigentes;

2.3. A infraestrutura viária do município é essencial para a mobilidade e segurança dos cidadãos. A manutenção adequada das ruas, por meio de serviços de recapeamento asfáltico, é crucial para evitar o desgaste prematuro das vias e garantir um tráfego seguro e eficiente;

2.4. Buracos e irregularidades nas vias representam riscos significativos para motoristas, ciclistas e pedestres. A execução de serviços de recapeamento asfáltico contribui diretamente para a redução de acidentes e danos aos veículos, promovendo um ambiente mais seguro para todos;

2.5. Ruas bem conservadas melhoram a qualidade de vida dos moradores, facilitando o deslocamento diário e reduzindo os custos de manutenção dos veículos devido a danos causados por vias em más condições;

2.6. A manutenção e melhoria das vias públicas têm um impacto positivo na valorização imobiliária. Municípios com infraestrutura viária de qualidade atraem novos investimentos e aumentam o valor das propriedades, contribuindo para o desenvolvimento econômico do mesmo;

2.7. A contratação de uma empresa especializada garante que os serviços sejam realizados com qualidade e dentro dos prazos estipulados. Isso evita gastos excessivos com reparos emergenciais e reduz a necessidade de intervenções frequentes, promovendo uma gestão eficiente dos recursos públicos;

2.8. Desta forma, o recapeamento, além de solucionar os problemas acima descritos, irá contribuir para a mobilidade dos usuários da via, sendo a mesma de ligação entre trechos da ERS 132.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação se encontram em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a contratação de empresa especializada para a realização de obra de repavimentação asfáltica em CBUQ na Rua Arvorezinha, no Município de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

Itapuca, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o presente Termo de Referência;

5.2. A execução deverá observar as diretrizes de planejamento, eficiência, economicidade e sustentabilidade, compreendendo todas as etapas necessárias à implantação da repavimentação, incluindo serviços preliminares, mobilização dos equipamentos necessários, pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-2C, pavimento com aplicação de concreto asfáltico – Faixa B, com espessura de 3 cm, pavimento com aplicação de concreto asfáltico – Faixa C, camada de rolamento com espessura de 4 cm, sinalização viária fixa e provisória;

5.3. A contratada será responsável pelo fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos, bem como pela observância das normas técnicas aplicáveis, especialmente as expedidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além do cumprimento das normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente;

5.4. A execução contratual deverá seguir cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, sendo submetida ao acompanhamento e à fiscalização por representante designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando o controle da qualidade dos serviços, a conformidade com as especificações e o atendimento ao interesse público.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os serviços serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- 6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO.**

- 7.1. O pagamento será efetuado, mediante a emissão do boletim de medição conforme cronograma de execução e liberações dos recursos pelo Estado do Rio Grande do Sul, sendo eles na forma avençada junto ao Termo de Convênio anexo ao processo;
- 7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo;
- 7.3. A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Concorrência e Contrato firmado com a Administração Municipal, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento, bem como evitar apontamentos ao Município durante a Prestação de Contas;
- 7.3.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores poderão ser corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata;
- 7.4. O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta poderão ser disponibilizadas na proposta financeira e no documento fiscal;
- 7.5. O preço cotado deverá ser fixo e irrevogável até a entrega total do objeto;
- 7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;
- 7.7. Para pagamento da primeira parcela, serão exigidos os seguintes documentos:
- I – ART ou RRT da Execução Total da Obra;
  - II – Matrícula total da obra junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social);
- 7.8. Para pagamento da última parcela, será exigida a Certidão Negativa de Débito da obra, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e a DCTF/Web referente à obra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

**OBS.1:** O Município poderá a cada nota fiscal emitida pela Contratada solicitar a apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS dos colaboradores alocados na obra referente ao mês anterior;

**OBS.2:** Nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil e de acordo com a tese fixada no Tema nº. 1130 da Repercussão Geral do STF que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Administração Municipal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I da Constituição Federal, nas contratações de empresas enquadradas no sistema de lucro presumido ou lucro real, será observado o disposto no art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 e também a Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, devendo a empresa destacar o valor a ser retido, na respectiva Nota Fiscal, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 2º da IN 1234/2012;

**OBS.3:** Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.718 de 29 de agosto de 2025 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Itapuca, a contar de 1º de janeiro de 2026, deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

7.9. O descumprimento das obrigações acima poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização;

7.10. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos;

7.11. O objeto do contrato somente será recebido após a conclusão integral da obra e/ou do serviço, mediante termo de recebimento, da seguinte maneira:

7.11.1. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, datado e assinado pelo fiscal e pelo representante da CONTRATADA, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, dentro de 10 (dez) dias consecutivos da comunicação escrita da CONTRATADA:

a) Quando os serviços estiverem em conformidade com todos os requisitos técnicos estabelecidos no contrato, o termo de recebimento, com o registro da conclusão integral da obra, será encaminhado ao gestor do contrato;

b) Quando os serviços apresentarem inconformidades com os requisitos técnicos estabelecidos no contrato, o fiscal deverá relacionar os itens a serem corrigidos ou refeitos, com as devidas justificativas, fixando o prazo para correção, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias consecutivos;

c) Após a correção das inconformidades apontadas no termo de recebimento, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, para que o fiscal do contrato realize nova vistoria a fim de verificar o cumprimento das correções solicitadas. Em caso de aprovação, o termo de recebimento, com o registro da conclusão integral da obra e/ou serviços, será encaminhado ao gestor do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

d) Em caso de não cumprimento das correções solicitadas, o fiscal do contrato deverá relacionar os itens ainda em desconformidade, fixando o último prazo para correção, que não poderá ser superior a 10 (dez) dias consecutivos. Caso as correções não sejam aprovadas pela fiscalização, no prazo definido, será elaborado termo circunstanciado e encaminhado ao gestor do contrato, junto com o termo de recebimento provisório, para providências cabíveis;

7.11.2. Definitivamente, por gestor ou fiscais designados pela autoridade competente, mediante termo de recebimento detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

7.13. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado;

7.14. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dos serviços executados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no termo de recebimento provisório;

7.15. Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA, quando houver, será liberada.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, da forma eletrônica, sendo adotada a modalidade de Concorrência Eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**;

8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores incompatíveis com os custos de mercado ou manifestamente inferiores aos necessários para a execução do objeto, podendo a Administração solicitar comprovação de exequibilidade;

8.3. A Administração poderá realizar diligências para verificar a viabilidade técnica e econômica da proposta apresentada;

8.4. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua **Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Técnica**:

### **8.4.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

8.4.1.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá enviar os documentos estipulados em edital conforme abaixo:

### **8.4.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;

e) Declaração assinada pelo representante da empresa, sob pena de inabilitação, conforme art. 44 da Portaria Interministerial 424/2016, de que: não consta no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; não consta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedida ou suspensa e que não consta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**8.4.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

**8.4.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

c) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula, devendo a licitante apresentar as mesmas já calculadas referentes aos dois últimos exercícios já encerrados:

AC

LIQUIDEZ CORRENTE:----- = índice mínimo: 1,00

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL:----- = índice mínimo: 1,00

PC + PELP



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

Onde: AC = Ativo Circulante; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo.

**8.4.5.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório;

**8.4.6.** Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil;

**8.4.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**8.4.8.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade;

**8.4.8.1.** A substituição referida no item anterior somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo;

**8.4.9.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação;

**8.4.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.4.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.4.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.4.12.1.** Para fins de habilitação de qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**a)** Declaração, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, prova feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do Município de Itapuca, ou declaração da licitante de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da execução dos serviços e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**b)** Capacidade técnica operacional ou empresarial:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

**b.1.** Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa;

**b.2.** Apresentação de certidões ou atestados, em nome da empresa licitante, regularmente registrados junto ao conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos definidos neste termo;

**b.3.** As características semelhantes para comprovação da capacidade operacional do licitante, na forma do art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade Mínima
1	Execução de CBUQ – Faixa C (4cm)	193,41 Ton
2	Reperfilagem em CBUQ – Faixa B (3cm)	145,05 Ton

**b.4.** O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados, mediante apresentação de atestados de obras já concluídas;

**b.5.** Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pela licitante, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**8.4.12.2 – Capacidade técnica profissional:**

**a)** Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Classe – CREA/CAU da região da sede da empresa;

**b)** Comprovação de que o licitante possui profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA/CAU), e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes aos indicados neste edital, considerando-se as parcelas de maior relevância aquelas também definidas por este edital;

**b.1.** As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional do licitante, na formado art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:

Item	Descrição dos Serviços
1	Execução de CBUQ – Faixa C (4cm)
2	Reperfilagem em CBUQ – Faixa B (3cm)

**b.1.1.** A licitante deverá comprovar o vínculo do (a) profissional responsável técnico (a) por meio de carteira de trabalho, contrato social ou contrato de prestação de serviço, na data da licitação;

**b.1.2.** O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra objeto desta licitação;

**b.1.3.** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

**b.1.4. No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas;**

**b.1.5.** Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

**9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Para a presente contratação almejada, estima-se o valor total de **R\$ 480.773,60** (quatrocentos e oitenta mil, setecentos e setenta e três reais, sessenta centavos), conforme a média apurada nos orçamentos referenciais;

9.2. A pesquisa de preços fora realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

1003 – MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS.

449051:2500/0001 – 677 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

Itapuca, 30 de abril de 2026.

---

Elizandro Ferreira Taborda  
Secretário Municipal de Obras

---

Charlise Ferreira Signor Burille  
Coordenador Administrativo